V ENCONTRO NORDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA
COMUNICAÇÃO, HISTÓRIA E CIDADANIA: 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ
Recife · Pernambuco · 2018

Do *ghetto status* à feminização das redações: um panorama histórico sobre o ingresso das mulheres no jornalismo[1]

Rayanne ALBUQUERQUE[2]
Ana VELOSO[3]
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo: Por meio de uma revisão bibliográfica, este artigo aborda de maneira panorâmica a história do ingresso feminino no jornalismo. Com o intuito de compreender os principais desafios e razões que colaboraram para o estabelecimento da condição profissional das mulheres na profissão, o estudo debruçou-se na literatura de autores dos campos de estudos de gênero, da história do jornalismo e pesquisas recentes sobre a demografia do mercado laboral da profissão no Brasil. Observou-se que a divisão sexual do trabalho, presente nas origens do ingresso feminino nas redações, ainda se faz presente na contemporaneidade.
Palavras-chave: história do jornalismo; gênero; redação; mercado de trabalho; jornalismo.

1. Introdução

É preciso dizer, inicialmente, que as condições do mercado profissional, para as mulheres, já não apresentam as mesmas resistências que manifestavam há cerca de seis décadas, período em que a categoria não era considerada relevante na esfera privada e, principalmente, na pública. Muitas transformações ocorreram ao longo do processo de democratização dos ambientes laborais e, com isso, tornou-se mais evidente a presença feminina em diversos campos de atuação, inclusive nas empresas de comunicação.

Em grande parte, essas mudanças estiveram atreladas às exigências dos movimentos feministas que, ao longo dos anos, contribuíram para discussão de um conjunto de reflexões e ações sobre qual seria o lugar da mulher na sociedade. Esse aglutinamento de profissionais femininas foi sinalizado por Sandra Braman e Anabelle Sreberny-Mohammadi (1996) como um progresso observado em muitas regiões, com um incremento significativo de mulheres no ambiente de trabalho dos meios tradicionais. No

[1] Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo integrante do 5º Encontro Nordeste de História da Mídia.

[2] Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Jornalismo da UFPE, e-mail: jornalismorayanne@gmail.com.

[3] Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFPE, e-mail: anavelosoufpe@gmail.com.

entanto, o poder de definir as políticas desses veículos e de determinar a forma como os conteúdos serão produzidos ainda permanece, em muitos casos, fora do alcance das mulheres, levando em consideração o estudo de Alexandre Bergamo, Jacques Mick e Samuel Lima (2012) sobre o perfil demográfico do jornalista brasileiro[4]. Para colaborar com uma visão mais panorâmica sobre a condição profissional feminina nas redações contemporâneas faz-se necessário entender: de que maneira foi realizado o ingresso das mulheres enquanto profissionais nos veículos de comunicação ao longo da história e quais as reverberações desses processos hoje.

2. As primeiras inserções das mulheres no jornalismo

O berço da imprensa feminina foi a Grã-Bretanha do final século XVII, com o "Ledy's Mercury", em 1963, seguido pela França, no qual foi lançado em 1758 o primeiro periódico voltado para mulheres. Os almanaques com conselhos sobre economia doméstica e medicina caseira impulsionaram a imprensa francesa e também outros países, como a Alemanha e Itália, conforme disserta Buitoni (1981). A imprensa feminina especializada surgiu nos Estados Unidos apenas no século XIX, com os primeiros periódicos "American Magazine" e "Ladies' Magazine". Ainda de acordo com a pesquisadora, no Brasil a imprensa para mulheres surgiu no século XIX, após a vinda da família real para o país. A participação da mulher em assuntos fora da vida privada era bastante pequena na época colonial. No entanto, essa realidade mudou com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro. Logicamente houve a imposição da cultura portuguesa, exigindo uma maior participação feminina nos assuntos voltados para diversos campos, entre os quais estava a moda e as tendências estrangeiras.

> O Rio estava deixando o seu caráter provinciano para ser uma capital em contato com o mundo. Dentro deste contexto a moda assume grande importância para a mulher que morava nas cidades. As tendências européias eram copiadas e aí entra o fator imprensa, primeiro com a importação de figurinos vindos de fora, e depois, com a publicação aqui, de jornais e revistas que reproduziam as gravuras de moda. A necessidade estava criada, havia portanto, um mercado. (BUITONI, 1981).

[4] Segundo os dados da pesquisa, hoje há mais mulheres (64%) do que homens atuando no mercado de trabalho. Apesar disso, os homens ocupam predominante os cargos de chefia. Disponível em: http://perfildojornalista.ufsc.br/. Acesso em 25 de abril de 2018.

Dentro e fora do Brasil, as mudanças relacionadas ao avanço tecnológico, incluindo os equipamentos utilizados para produção dos jornais no século XIX, também contribuíram para que os veículos crescessem. Com a expansão, novas necessidades foram geradas, bem como a urgência em ampliar o público-alvo, estratégia utilizada para o número de vendas crescer e o jornalismo se tornar um negócio cada vez mais lucrativo. Chambers, Fleming e Steiner (2004) apontam que uma das estratégias aplicadas para conseguir números mais expressivos de leitores foi a integração da publicidade e do *'jornalismo para mulheres'*. Esse estilo de produção era voltado para divulgar as notícias da sociedade, com reportagens sobre as mudanças na moda e assuntos relacionados com os cuidados do lar. Longe de ser um conteúdo inocente, a imprensa feminina é mais "ideologizada" em comparação à dedicada ao público em geral devido ao uso frequente do imperativo (BUITONI, 1981). Nessa mesma linha, Eliseo Verón (1971) afirma que nos semanários a ideologia está mais presente na estrutura do que em textos individuais, o que torna mais fácil a identificação, a nível de discurso, essas operações ideológicas que incutem nas leitoras padrões de consumo e comportamento. Dentro dessa lógica, os jornais passaram a contar com um número maior de mulheres em seus quadros profissionais com o intuito de conquistar o público feminino pela afinidade.

No início da história do jornalismo, ainda conforme apontam Chambers, Fleming e Steiner (2004), as mulheres ocuparam cargos subalternos, considerados como o "gueto" das redações[5], até o final do século XX e principalmente após esse período. Foram confinadas às "áreas marginais da notícia", que abordavam fofocas sobre a vida de pessoas ricas e famosas. Os editores da época assumiam deliberadamente que as mulheres não tinham habilidade para reportar e nunca conseguiriam ter. Aqueles que empregavam mulheres designavam pautas em que não despertavam interesse dos homens - leitores e jornalistas.

É necessário levar em consideração que o olhar lançado aqui é panorâmico, tendo em vista que não utilizamos de maneira exaustiva a literatura existente sobre o campo. Ao invés disso, reunimos textos significativos que nos permitissem perceber as nuances

[5] Termo conceituado por Chambers, Fleming e Steiner (2004) como a ação que escanteia a mão de obra feminina utilizando crivo a divisão sexual do trabalho. Na prática as mulheres ficavam com assuntos considerados menores, como a moda, economia doméstica e assuntos voltados para o gerenciamento do lar. O eixo desqualifica o conhecimento técnico feminino com base em fatores biologizantes que definem as funções sociais dos sexos e, portanto, o trabalho que homens e mulheres podem ocupar na sociedade.

e interferências causadas pela evolução do capitalismo e da criação das escolas de comunicação para as redações contemporâneas. Percorremos, portanto, o cenário nacional e internacional de maneira mais abrangente, contextualizando os avanços das mulheres no ambiente laboral da imprensa, e não apenas no jornalismo impresso, pois compreendemos que de uma maneira geral a empregabilidade feminina enfrentou resistências em diversas frentes, dentro e fora do jornalismo, e que essas histórias reúnem informações importantes para compreensão geral do quadro.

As mulheres que conseguiam publicar artigos nos jornais costumavam ter algum grau de parentesco com jornalistas: eram filhas, esposas, primas ou irmãs de homens da redação. Foi somente no final do século XIX que elas conseguiram marcar presença independente no jornalismo: o censo dos Estados Unidos demonstrou que dos 12.308 jornalistas existentes em 1880, apenas 288 eram mulheres. Em 1900, foi registrado um total de 30.098 jornalistas, sendo que 2.193 desse total eram mulheres, como aponta Steiner (1997).

O século XIX foi caracterizado, portanto, como um período em que vigorou uma forte divisão sexual do trabalho dentro do ambiente da redação, ainda que algumas mulheres tentassem resistir a esse tipo de condição marginal. Tais estruturas foram reforçadas pela dominação masculina, o que prejudicou e estereotipou as mulheres que ingressaram na profissão. O desdobramento dessa realidade reverberou em alguns aspectos que perduram até hoje e marcam as relações das mulheres com o jornalismo, ainda que com menor vigor, como a forte presença de mulheres em cargos de revisão de texto em contraponto à baixa representatividade nos cargos de edição e de diretor de redação (ARTIGO 19, 2016). Uma outra grande chave que abriu caminho para as mulheres jornalistas foi o *New Journalism*, que surgiu na década de 1880 nos Estados Unidos, misturando antigas tradições com o ensaio literário e político. O intuito fundamental deste novo modelo era colocar em circulação máxima os jornais, de modo que a publicidade tomou ainda mais espaço.

> The New Journalism of the late nineteenth century produced three key changes. First, it gave women opportunities to enter the profession as they took on the task of interviewing and writing stories about women. Second, women were sought as subject-matter, both because they seemed to embody the drama of social change and because women's growing independence was 'a source of significant social anxiety'

> (Malone 1999:70). A third change was in political issues, such as the suffrage movement, which were treated in sensationalist terms or as 'human-interest' stories, but provided an opportunity for the popular newspapers to challenge the formal, documentary style of the elite press and to stir readers' sense of outrage or compassion. (CHAMBERS, FLEMING e STEINER, 2004, p. 18) [6]

Nesse contexto, o perfil das primeiras mulheres que atuaram como jornalistas seguem um padrão: possuíam alta educação, eram brancas e de classe média. Nesse primeiro momento, algumas delas, sobretudo as solteiras, foram forçadas a ganhar a vida como escritoras e jornalistas. Duas mulheres ilustram esse novo quadro profissional e de mercado que o jornalismo atravessou no final do século XIX: Margaret Fuller, dos Estados Unidos, e Harriet Martineau, da Grã-Bretanha. Fuller se tornou editora de literatura do New York Tribune em 1844 e, dois anos depois, foi a primeira mulher correspondente de guerra da América. Teve acesso ao universo jornalístico devido à educação erudita que recebeu ao longo dos anos: Fuller cresceu em Cambridge, Massachusetts, e morou no Harvard College. Foi muito bem educada desde uma idade precoce, o que não era uma prática comum para as garotas da sua idade e contexto temporal.

De 1859 até 1945 Harriet Martineau foi jornalista. Conseguiu desenvolver a profissão porque diferentemente das mulheres da sua época, teve o privilégio de ter acesso à tópicos ensinados apenas aos meninos. Primeira jornalista na Grã-Bretanha, Martineau era remunerada por trabalhar como escritora e por suas Ilustrações da Economia Política, que buscava mostrar que as mulheres poderiam viver da sua própria renda. Em 1852 se tornou repórter principal do Daily News. De acordo com Chambers, Fleming e Steiner (2004), a própria Harriet especulou que talvez não tivesse sido bem sucedida se houvesse experimentado os limites típicos de um casamento vitoriano de classe média, ao afirmar que provavelmente era a mulher solteira mais feliz de toda a

[6]Tradução nossa: O Novo Jornalismo do final do século XIX produziu três mudanças importantes. Primeiro, ele deu às mulheres oportunidades para entrar na profissão à medida que assumiram a tarefa de entrevistar e escrever histórias sobre mulheres. Em segundo lugar, as mulheres foram procuradas como personagens, porque eles pareciam encarnar o drama da mudança social e porque as mulheres. A crescente independência foi "uma fonte de ansiedade social significativa" (Malone 1999: 70). A terceira mudança foi em questões políticas, como o movimento do sufrágio, que foi tratado em termos sensacionalistas ou como histórias de "interesse humano", mas proporcionou uma oportunidade para a jornais populares para desafiar o estilo formal e documental da imprensa de elite e para mexer no sentimento de indignação ou compaixão dos leitores.

Inglaterra. As vidas de Margaret Fuller quanto a de Harriet Martineau possuíam vários pontos em comum: eram eruditas, feministas que buscavam no emprego a independência por meio do trabalho, além do comprometimento com a justiça social. Tornaram-se amigas quando Martineau viajou para os EUA para participar de uma campanha antiescravista na metade do século XIX. Em 1892, mais uma mulher se consagrou no jornalismo: Flora Shaw se tornou a primeira colaboradora permanente do *The Times* de Londres, local em que escreveu sobre o glamour da classe média britânica e assuntos típicos do segmento doméstico. De acordo com as autoras, durante o século XIX a prática do jornalismo factual pelas mulheres era desencorajada pela sociedade, tendo em vista que essa era uma atividade considerada rude. A reportagem dos fatos era considerada como algo de exclusividade masculina, de homens para homens.

No Brasil, a inserção das mulheres no jornalismo entre os séculos XIX e XX também esteve ligada à imprensa alternativa. A investigadora Casadei (2011) aponta para o fato de duas mulheres terem sido as responsáveis pelo lançamento do jornal The Revolution, em 1868: Amélia Bloomer e Elizabeth Staton, além da atividade de mulheres negras nos jornais pós-Guerra Civil Norte-Americana. No Brasil, o surgimento no século XIX de O Jornal das Senhoras de Joana Paula Manso de Noronha estabeleceu novas relações entre as mulheres e a esfera pública. Na contramão das primeiras mídias voltadas para o jornalismo alternativo e expressão das opiniões femininas está a "Revista Illustrada", fundada por Angelo Agostini em 1 de janeiro de 1876. Atingiu uma triagem de 4 mil exemplares, marca até então não alcançada por nenhum outro periódico ilustrado da América do Sul, conforme aponta Boutini (1981).

3. A importância das escolas de jornalismo no Brasil para colocação massiva das mulheres nas redações

Em meados do século 1930, segundo Ribeiro (1998), as empresas jornalísticas do Brasil não permitiam a presença feminina. Um retrato singular dessa realidade era a inexistência de banheiros para as mulheres. "Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café" (RIBEIRO, 1998, p. 31). No Estadão, em horários de pico - que aconteciam durante a noite-, as mulheres não eram aceitas nem como telefonistas, função que poderiam desempenhar durante o dia. No turno da noite, os homens é que operavam

esse serviço. A mudança desse quadro passou a ocorrer aos poucos, com uma série de mudanças estruturais dentro e fora do contexto profissional.

A expansão do ensino de jornalismo foi um dos catalisadores para a inserção profissional das mulheres nos meios de comunicação. Com a fundação da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero em 1947, primeira escola de jornalismo do país, localizada em São Paulo, diversas profissionais começaram pequenas revoluções ao se inserir no cotidiano das redações e produzir conteúdos para cadernos que iam além dos assuntos femininos, como política e economia (RAMOS, 2010). Ao longo das décadas de 1960 e 1970, as redações ainda eram ambientes masculinos. As jornalistas que entraram no mercado nesse período, mesmo sem uma consciência declaradamente feminista, contribuíram para a democratização da redação, tornando a cena profissional jornalística como um espaço que dava os primeiros passos rumo à equanimidade. As primeiras brechas encontradas por essas jornalistas ocorreram nas edições do extinto jornal paulista "Gazeta" por volta da década de 1960, que já praticava uma espécie de feminismo na linha editorial das *Páginas Femininas*, depois titulada *Gazeta Feminina*, responsável pela difusão de arte e cultura, de acordo com Ramos (2010).

Com matérias predominantemente voltadas ao ideal socialmente construído sobre o que seria o universo feminino, as profissionais envolvidas na edição buscavam ultrapassar a trivialidade, apostando, dentro das edições, nas matérias sobre a vida de mulheres que atuavam nos diversos segmentos, reportando histórias bem-sucedidas que inspirasse outras mulheres. Conteúdos que, para a época, eram de grande impacto devido a linha editorial destoante dos demais voltados para o público feminino.

De acordo com a editora do caderno, Regina Helena de Paiva Ramos, a sessão queria mostrar às leitoras, por meio de reportagens, quais eram as mulheres que se destacavam no cenário paulista nas mais diversas profissões.

> Achei nos meus guardados um recorte de 26 de julho de 1958: Enquete: "Deve a mulher ocupar cargos públicos de responsabilidade? Os entrevistados eram o então deputado Franco Montoro, a ex-vereadora e candidata a deputada Dulce Salles Cunha e a jornalista Gracita de Miranda. As três respostas foram afirmativas, mas a de Franco Montoro merece ser transcrita: "Podem e devem. Primeiro porque possuem qualidades de inteligência e de vontade necessárias ao desempenho dessas funções. Segundo - esse talvez o motivo fundamental – porque possuem uma capacidade de dedicação mais envolvida que a dos homens. E o serviço público exige, antes de tudo, dedicação ao bem comum em lugar da defesa dos interesses próprios. Talvez seja essa uma

> causa das deficiências de nossa vida pública: a busca do interesse pessoal em luar da dedicação ao bem comum. A presença da mulher significará esse espírito de dedicação e generosidade que está faltando à vida pública". (RAMOS, 2010; p. 39-40)

Muitas transformações ocorreram ao longo do processo de democratização dos ambientes laborais e, com isso, tornou-se mais evidente a presença feminina em diversos campos de atuação. O aumento significativo dos níveis de escolaridade das mulheres também contribuiu para o novo cenário das organizações, junto com o advento da sociedade pós-industrial, tendência caracterizada pela terceirização e o surgimento da "*sociedade da informação*" (BELL, 1973).

> Tratou-se de uma mutação de ordem socioeconômica que implicou a escolarização em larga escala das populações nos chamados países desenvolvidos (...). A escolarização massiva das mulheres foi, assim, um factor de grande relevância para a sua entrada no mundo do trabalho, bem como para o incremento da sua presença na esfera pública dos media. (SILVEIRINHA e SUBTIL, 2017, p.123).

A escritora, psicóloga e jornalista Carmen da Silva sentiu a necessidade de falar sobre o feminismo, assunto polêmico para década de 1960. Conhecida pela coluna *A arte de ser mulher*, que escreveu durante os anos 1963 a 1984 para a revista Cláudia, Carmem assumiu posicionamento em relação ao lugar da mulher na sociedade:

> Já é hora de assumirmos aberta e francamente a definição: sou feminista. (...) Por que temos de ser feministas? (...) Porque nenhuma de nós, se for honesta consigo mesma, quer continuar em situação subalterna ante a lei, os costumes, o relacionamento humano, o trabalho, as oportunidades em geral" (RAMOS, 2010).

À frente das mulheres do seu tempo e convicta sobre a legitimidade de relações equânimes entre homens e mulheres dentro e fora do trabalho, Carmen da Silva comenta:

> Ante a perplexidade atual, algumas mulheres, sem refletir sobre a questão, vão logo declarando com ênfase: 'Não sou feminista, sou feminina'. O que significa dizer: "Homens, vinde a mim que sou vossa melhor aliada: dócil, boazinha, submissa, deslumbrada com o prestígio da masculinidade'. Só que em amor, assim como em política, a demagogia costuma trazer fracos resultados: você começa a subir feito leite fervido, mas logo se desinfla e acaba se esborrachando no chão. (RAMOS, 2016, p. 76).

Apesar de todos os avanços, o legado deixado pelas jornalistas que atuaram entre 1950 a 1970 no mercado brasileiro estava muito longe do ideal de equidade. A dificuldade para que a redação acreditasse no potencial das mulheres jornalistas esteve atrelada a uma série de designações historicamente construídas que levam em consideração, sobretudo, fatores biologizantes para determinar as funções sociais de homens e mulheres. Informações sobre a relação das primeiras jornalistas com o mercado de trabalho são narradas no livro "Mulheres jornalistas: a grande invasão", da também jornalista Regina Helena de Paiva Ramos.

> No decorrer da vida profissional fui muitas vezes entrevistada sobre feminismo, dificuldades na profissão e, quando vinha a pergunta indefectível "você foi discriminada por ser mulher?", respondia prontamente que não. (...) À medida que os anos foram passando - e com perspectiva para olhar o passado - convenci-me de que fui discriminada, sim. Às vezes, de maneira simpática, protecionista. Mas era, sempre, discriminação. (...) A discriminação começava em casa e atingia o ambiente de trabalho. Certa vez tomava cerveja no final da tarde com um colega de redação e o debilóide saiu-se com esta: "Acho a coisa mais normal do mundo você tomando esta cerveja comigo aqui no balcão. Agora te digo uma coisa, se fosse minha irmã eu tirava ela daqui no tapa". (...) profissionalmente, a coisa era mais grave. (...) muito tempo depois, na década de 60 - já tinha mais de dez anos de profissão e me julgava uma veterana - levei uma semana discutindo com o Salomão Schwartzman, diretor da sucursal da Manchete. Eu achava que podia fazer uma matéria sobre medicina nuclear e ele achava que tinha que dar o trabalho a um repórter. "O que você entende de medicina nuclear?", perguntou, com ar de deboche. Ao que respondi: "E os outros repórteres, entende o quê?". A matéria acabou sendo minha, mas não foi fácil. (RAMOS, 2010, p. 25-26)

Em uma análise sobre a evolução da oferta de curso superior em jornalismo no Brasil, Jacques Mick (2012) apontou que entre 1990 e 2010 o número de graduações foi quintuplicado. A razão que norteou esse novo quadro é resultado de políticas voltadas para a expansão da educação superior, com forte investida das instituições privadas. Isso porque, no momento, elas são responsáveis pelo oferecimento de 81% dos cursos na área e 90% das vagas, expandindo-se em todas as regiões do Brasil, inclusive nas interioranas.

A oferta de vagas nos cursos de jornalismo no país entre a década de 1970 e 2010 foi estimada pelo pesquisador. Antes da década de 1970 eram oferecidas 1.557 vagas. Até 1980, o número passou para 5.452. Com a chegada da década de 1990, mais vagas surgiram: ao todo foram 6.280. Até a virada do milênio, nos anos 2000, o número de vagas oferecidas mais que duplicou: já estavam disponíveis em todo o território nacional

cerca de 13.863 oportunidades de ingressar na graduação de jornalismo. Até o ano de 2010, o número voltou a duplicar em relação à década anterior: eram somadas mais de 35 mil vagas. A abundância de profissionais femininas graduadas no mercado, aliada à convergência digital que ocorreu nos anos 2000 que exigia a multifuncionalidade explorando a mão de obra dos profissionais, transformou o mercado de trabalho jornalístico.

> Devido à acelerada taxa de crescimento da oferta de cursos, é possível que algumas das características demográficas dos graduados tenham afetado a morfologia do campo. Por exemplo, os grupos de egressos, em sua maioria jovens e mulheres, podem ter estendido características similares de idade e sexo à totalidade da profissão. (...) em paralelo às mudanças estruturais no capitalismo relativas à convergência digital (precarização das relações de trabalho, multifuncionalidade, exploração intensiva de mão de obra, entre outras), durante esta década o mercado de trabalho se transformou com a entrada de profissionais com nível universitário e de trabalhadores sem formação específica, ambos reivindicando a condição de jornalistas. Apesar das decisões judiciais contra a exigência de diploma para o exercício do jornalismo, nunca houve tantos graduados, nem tão distribuídos por todo o país. (MICK, 2013; p. 6)

4. Maioria nas redações, minoria nas chefias

Em um mapeamento sobre o perfil do jornalista brasileiro realizado em 2012, Alexandre Bergamo, Jacques Mick e Samuel Lima descobriram que, dentro das características demográficas e políticas do jornalismo enquanto campo profissional, as mulheres ocupavam mais de 64% dos cargos. O levantamento entrevistou cerca de 2.730 jornalistas de todos os estados do país e indica que a categoria se tornou majoritariamente feminina e jovem, tendo em vista que um percentual de 59% dos profissionais tem até 30 anos. A distribuição dos profissionais por atividade também foi aferida pelo estudo: nos veículos de comunicação atuam 55% do total de entrevistados, enquanto nas assessorias de imprensa ou em outras atividades jornalísticas estão 40%. Os 5% restantes representam os jornalistas que atuam como docentes. Apesar cenário de feminização do jornalismo que pode, em um primeiro momento, parecer animador, tendo em vista a possível redução das disparidades dentro do mundo do trabalho, os números vêm nos

alertar sobre o descompasso que existe entre o perfil da profissão e a ascensão das mulheres aos postos de comando.

Um dos mais recentes levantamentos nacionais realizado pela Artigo 19, em 2016, sobre as questões de gênero nas redações, alertou para baixa representatividade feminina em posições de liderança, tendo em vista que 53,9% dos homens que fizeram parte da pesquisa são diretores das redações, enquanto 73% das mulheres ocupam cargos de revisão de texto. Diversos levantamentos evidenciam essa realidade tanto no Brasil quanto no mundo, em estudos voltados para análise do mercado de trabalho jornalístico (ARTIGO 19, 2016; ATLÉS, CANTÓN, GALLEGO e MELÚS 2002; BERGAMO, MICK, e LIMA 2012; MARTINS, 2017; MIRANDA, 2012; IWHC, 2011; WACC, 2015; SILVEIRINHA, 2016,; TSUI e LEE, 2015; VELOSO, 2013; SILVEIRINHA e SUBTIL 2017).

O mesmo levantamento que aponta para a feminização e juvenização das redações brasileiras (UFSC, 2012) mostrou que 65,5% das mulheres recebem menos de 5 salários mínimos por mês, enquanto 46% dos homens estavam na mesma condição financeira. Em 2005 a revista Imprensa dissertou que mesmo havendo muitas mulheres nas redações, os déficits em relação à equidade de gênero nas chefias do jornalismo permaneciam. O estudo apontou que 66,95% dos cargos de decisão nos jornais eram ocupados por homens. As mulheres apareceram com 39,86% nas chefias de revistas e nos âmbitos da Televisão, estão em 35,08%. Já na internet ocupam 40,14% dos postos de destaque (WAAC, 2015).

5. Precarização da mão de obra feminina: um breve panorama sobre o mercado de trabalho nacional

A última década foi marcada por um movimento de crescimento contínuo da renda e do trabalho no Brasil. Observando a história trabalhista nacional no período compreendido entre 2004 e 2014 é possível notar um aumento de quase 50% no rendimento médio da população, o que significa uma mudança de R$1.000 em 2004 para R$1.595 em 2014 (IPEA, 2016). A maioria notável da força de trabalho brasileiro é feminina e tem se consolidado dessa maneira ao longo dos últimos 50 anos, período em que as mulheres deixaram de se dedicar exclusivamente ao trabalho do ambiente privado,

lançando-se na vida pública como mão de obra. Em 1970 apenas 18,5% das mulheres eram economicamente ativas, segundo dados dos Censos Demográficos, enquanto em 2015 o número chegou a quase 50%.

> Os primeiros dados oficiais de que se tem conhecimento apontam que, em 1872, elas representavam 45,5% da força de trabalho. Nesta época (...) as mulheres estavam empregadas predominantemente na agropecuária, nos serviços domésticos em lar alheio ou no serviço de costura por conta própria. Depois de 1920, a PEA feminina reduz-se drasticamente, em parte porque no momento do primeiro recenseamento boa parte da produção se desenvolvia nos limites domésticos" (IPEA 2016 apud IPEA, 2014; p.592).

As mulheres trabalham, em média, pelo menos o dobro do que os homens, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2016). No Brasil, conforme dados do IBGE, os homens dedicam cerca de 11h semanais para os afazeres domésticos, enquanto as mulheres dedicam para essas mesmas atividades em torno de 26h semanais. No cotidiano laboral, são negligenciadas para a promoções na carreira por razões que não são da sua competência: não falta qualificação profissional às mulheres, mas oportunidades para que elas consigam ocupar igualitariamente os espaços laborais (IPEA, 2017).

A ausência das mulheres em funções superiores configura a discriminação profissional em razão do sexo e, em alguns outros casos, em relação a própria identidade gênero. Em função desta última, mulheres trans e travestis chegam a tirar a própria vida para evitar a prostituição - uma das únicas alternativas profissionais que restam a esses grupos[7]. Esse cenário encontra no machismo estrutural a artéria que alimenta as suas estruturas, evidenciando o fato de a inserção das mulheres no mundo do trabalho nos últimos anos não ter alterado a estrutura da divisão sexual do trabalho, razão que mantém uma conjuntura econômica desfavorável para as mulheres, sobretudo para as negras e para as trans, que vivem relações instáveis e desprotegidas de trabalho.

A inserção da mulher no mercado de trabalho é prejudicada pela sobreposição de afazeres gerados tanto no ambiente privado (cuidados com os filhos, do lar) quanto do

[7] "Por não arrumar emprego, travestis até se matam!" Revista AzMina. Publicado em 25 nov. 2015. Luísa Marilac.http://azmina.com.br/2015/11/por-nao-arrumar-emprego-travestis-ate-se-matam. Acesso em 23 Jun. 2017.

ambiente público (trabalho remunerado). De acordo com o IPEA (2017), outros fatores mensuráveis que impedem tradicionalmente o desempenho profissional feminino é o entorno familiar e a influência exercida sobre as decisões da mulher. Contudo, os indicadores sociais apontam que o Brasil está próximo em muitos aspectos dos países desenvolvidos em relação às transformações na estrutura das famílias e na composição do mercado de trabalho por sexo.

> No entanto, no que diz respeito às provisões de serviços públicos que permitem socializar os custos dos cuidados com a família, a distância entre o Brasil e aqueles países (em especial, os do Norte da Europa) é notável (Sorj, Fontes e Machado, 2007). Como bem afirmam Sorj, Fontes e Machado (2007), a ausência de uma prática que atribua uma dimensão coletiva aos cuidados da família reforça um forte viés de gênero na divisão do trabalho, na medida em que essas atividades permanecem, em grande parte, como tarefas realizadas apenas pelas mulheres. (IPEA, 2017; p. 24)

As culturas de trabalho dificultam o alcance de um equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar que beneficie tanto a organização empregadora quanto a mulher (ROSS, 2017, p. 71). Dentro desse esquema, o que acontece com frequência é que as que optam por dar prioridade à família em detrimento da carreira são colocadas em segundo plano pelos empregadores justamente por não haver um planejamento que pondere um meio termo. Contudo, problematizando as configurações sociais, o esquema que coloca sobre a responsabilidade das mulheres obrigações como a do lar é orquestrada por lógicas que "dispensam justificação[8]", tendo em vista a presença incutida do patriarcado como legitimador simbólico da ordem e das funções conjunturais de homens e mulheres. Tal visão é arbitrária e se legitima com base nas diferenças biológicas entre os sexos, preceito "natural" da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2002).

6. Conclusão

Muito desse perfil de 'feminilidade' que alheia, em grande parte, a mulher das posições importantes no mercado de trabalho estabelece relação com o perfil que a própria mídia (publicidade e o jornalismo) narra a respeito do binômio feminilidade-

[8] Bourdieu observou que tanto na percepção social quanto na linguagem, o gênero masculino se mostra como algo não marcado, de certa forma neutro, ao contrário do feminino, que é explicitamente caracterizado.

consumo. A construção desse modelo está profundamente enraizada nos referenciais identitários que cada sociedade (re)cria, como nervuras de um sistema colonizante que modula quais devem ser as ações e os espaços ocupados pelas mulheres. O eco que ressoa até os dias de hoje promovendo a mulher como a base da família, mansa, obediente, protetora, nada mais é, portanto, que um enquadramento machista imposto pela cultura do patriarcado, com raízes profundas, estabelecidas na história da sociedade e também do jornalismo enquanto profissão. Isso traz implicações que tolhem, em parte significativa, a liberdade feminina, o que inclui as condições de empregabilidade.

REFERÊNCIAS

ATLÉS, E.; CANTÓN, M. J.; GALLEGO, J.; MELÚS, M. E. **La prensa diaria por dentro: mecanismos de transmisión de esteriotipos de género en la prensa de información general**. 28. Ed. Anàlisi - Quaderns de Comunicació i Cultura. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Analisi/article/viewFile/15110%26gathStatIcon%3Dtrue/14951>. Acesso em 16 jun. 2017.

BELL, D. **The coming of post-industrial society. A venture in social forecasting.** Nova Iorque: Basic Books, 1973.

BERGAMO, A.; MICK, J.; LIMA, S. **Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país.** Disponível em: <www.perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>. Acesso em 22 jun. 2017.

BRAMAN, S., SREBERNY-MOHAMMDI, A. **Globalization, Communication and Transnational Civil Society.** Hampton Press: 1996.

BUITONI, D. H. S. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira.** Edições Loyola. São Paulo: 1981.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHAMBERS, D., FLEMING, C., STEINER, L. Early women journalists: 1850–1945. **Women and journalism.** Routledge. Londres: 2004.

IPEA. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014.** n. 24. Brasília: 2016 Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/Noticias/Mulher_e_trabalho_marco_2016.pdf>. Acesso em 25 set 2017.

_____. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise.** Brasília: 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505_bmt_62.pdf>. Acesso em 12 out 2017.

_____. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html>. Acesso em 14 de out 2017.

MICK, J**. Detalhamento metodológico da pesquisa "Perfil profissional do jornalismo brasileiro**. Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2012/04/PerfilJornal_Metodologia.pdf>. Acesso em 20 set 2017, às 9:00.

RAMOS, R. H. P. **Mulheres jornalistas: a grande invasão.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

VELOSO, A. M. C.; **Gênero, Poder e Resistência: As mulheres nas indústrias culturais em 11 países.** Dissertação (Doutorado em Comunicação) 305 f. – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

VERÓN, E. **Leguaje y comunicación social**. Nueva Vision. Buenos Aires: 1971.

STEINER, L. Gender At Work: Early Accounts by Women Journalists. **Journalism History.** 1 Ed. n. 23. 1997